



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000311.02.01-2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026/PMMN/RO

DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO ANEXO II

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Monte Negro, Estado de Rondônia, através do Agente de Contratação, no exercício das suas atribuições designado por meio da Portaria nº 564, de 22 de maio de 2025, em atendimento às disposições legais vigentes, bem como as condições deste ato convocatório, torna público que receberá a solicitação de credenciamento, com documentação dos interessados que pretendam participar deste Chamamento Público, objetivando o, em conformidade com o Artigo 79, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, Lei Municipal nº 1.559/2024, Lei nº 8.080/90 e 8.142/90, Lei Complementar 141/2012, Portaria 2.048/2009 do Ministério da Saúde e demais normas vigentes aplicáveis, nos termos e condições estabelecidas no presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste edital o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO – RO.**

1.2. Do valor:

1.2.1. Estimativa do valor da contratação dependerá do orçamento vigente destinado a realização das mesmas, tendo como previsão inicial o valor de **R\$ 1.500.000,00** (Um milhão e quinhentos mil reais), vigência do presente edital, caso haja aporte de novos recursos, preservando-se, contudo, o valor unitário da sessão contratada (seja o valor inicial ou o valor reajustado, quando cabível).

TABELA DE SERVIÇOS PARA ATENDER AO CEI - CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO						
OR D.	DESCRIÇÃO	BETHA	CÓDIGO SIGTAP	VALOR SESSÃO (MÉDIA)	ESTIMATIVA DE SESSÕES (ANUAL)	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
1	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FONOAUDIOLOGIA (SESSÃO)	995302	0301010048	R\$ 150,00	2.400	CEI – Centro de Especializações Inclusivas
2	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA	995303	0301010048	R\$ 85,00	2.400	





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

	OCUPACIONAL (SESSÃO)					
3	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM TERAPIA OCUPACIONAL (SESSÃO)	995304	0301010048	R\$ 150,00	2.400	
4	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA (SESSÃO)	995305	0301010048	R\$ 80,00	2.400	
5	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM NEUROPSICOLOGIA (SESSÃO)	995306	0301010072	R\$ 160,00	2.400	

**Os valores se baseiam em consultas/sessões estimadas de 60 minutos, sendo 50 (cinquenta) minutos de sessão e 10 (dez) minutos para lançamentos de produção relatórios.*

Memória de Cálculo: 138 crianças x 1 sessão mês x 12 meses = 1.656 sessões/especialidade + 40% = 2.318 sessões = ± 2.400 sessões ano.

1.2.2. O valor final a ser pago por cada sessão realizada pelo prestador, será o valor constante no Relatório conferido e aprovado pela Secretaria.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão aderir ao credenciamento, às pessoas físicas e jurídicas que atenderem às condições de participação e habilitação estabelecidas neste edital.

2.2. A participação no credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital, bem como na observância dos regulamentos, normas e disposições legais pertinentes.

2.3. Não será aceita a participação de Pessoas Físicas ou Jurídicas:

2.4. Que tiver sido declarada inidônea ou suspensa para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.5. Que estiver sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação e empresas estrangeiras que não funcionem no país. Em consórcio de proponentes.

2.6. Que estiver cumprindo penalidades impostas pela Administração Pública, e demais casos previstos na legislação que rege este processo.

3. DA ENTREGA/ ENVIO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

3.1. Os documentos de “Credenciamento” da pessoa física ou jurídica interessada em participar deste credenciamento estão descrito no anexo II e deverão ser enviados via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br **perfeitamente legíveis, em arquivo único**, devendo constar no assunto do e-mail: “**CREDENCIAMENTO 02/2026/PMMN/RO**”, a qualquer tempo dentro da vigência do edital.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

3.2. O edital estará vigente por período indeterminado, porém devido a necessidade da SEMUSA, a primeira etapa de contratação seguirá a ordem descrita no cronograma previsto no ANEXO II, até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

3.3. Este Edital poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e oportunidade da administração.

3.4. A revogação ou anulação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

3.5. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, à qualquer tempo, por qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas, sendo classificado em após o último colocado e assim sucessivamente.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. Somente serão consideradas credenciadas, os interessados que apresentarem a documentação, na íntegra e em plena vigência, e que comprovarem o atendimento às condições estabelecidas no Edital.

4.2. O credenciamento será aberto de forma contínua durante a vigência do edital, permitindo a inscrição a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos exigidos.

4.3. Os interessados deverão encaminhar a documentação abaixo relacionados, via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br perfeitamente legíveis, em arquivo único, devendo constar no assunto do e-mail: “**CREDENCIAMENTO 02-2026**”

4.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA) :

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;
- c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;
- d) ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Cópia da ata de nomeação da diretoria, quando aplicável;
- f) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País;
- g) Documento pessoal (RG/CPF OU CNH) de todos os sócios;
- h) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista).

Observações: Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- m) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- n) Solicitação formal de Credenciamento, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Monte Negro, com o preenchimento da tabela conforme item pretendido - ANEXO III, indicando o profissional que deverá prestar o serviço.
- o) Documentos de cada profissional indicado para prestação do serviço, conforme requisitos elencados no item 7 do termo de referência.
- p) Comprovante de vínculo com a empresa interessada;
- q) Diploma de Graduação do Curso, na área a qual concorre.
- r) Certificados de Cursos/Especializações nas áreas a qual concorre;
- s) Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional da Classe do Estado de Rondônia);
- t) Comprovação de capacidade técnica (atestados de desempenho anterior, currículo dos profissionais, registros em conselho de classe, entre outros).
- u) Comprovação de inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Classe do Estado de Rondônia, em situação REGULAR;
- v) A empresa declara que não incorre nos itens dispostos na declaração conjunta, conforme modelo do Anexo IV;
- w) Outros documentos poderão ser solicitados, a critério da contratante.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.1. Serão feitas consultas ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela Internet.

5.2. A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação da proponente prestadora.

5.3. A contratação será por ordem de envio de documentação e habilitação, e em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira no Município;

5.4. A Prefeitura de Monte Negro não assume nenhuma responsabilidade pela falha de envio de dados ocasionada por falha de internet e/ou computadores, de forma que a análise de envio será definida pela hora exata de recebimento da documentação no e-mail estabelecida.

5.5. Os interessados que comprovarem integralmente os requisitos de habilitação estabelecidos neste edital, conforme análise documental pela Comissão de Credenciamento serão imediatamente credenciados, independentemente de cronograma prévio.

5.6. A formalização do contrato de prestação de serviços ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do homologação, com vigência de 12 (doze) meses.

5.7. A negativa ou não comparecimento quanto ao item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

5.8. Anualmente o Município de Monte Negro exigirá das prestadoras credenciadas, a respectiva atualização dos documentos acima elencados e apresentados, para atender aos serviços prescritos neste edital.

5.9. A SUPEL fará a análise da documentação exigida no anexo II, conforme cronograma a ser definido no Anexo V;

6. DA FORMAÇÃO, ESPECIALIDADES E FUNÇÕES

6.1. PROFISSIONAL: FONOAUDIÓLOGO

Formação Exigida:

Graduação em Fonoaudiologia: O fonoaudiólogo deve ter concluído um curso de graduação em Fonoaudiologia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

Registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO): Para exercer a profissão, é obrigatório ter registro ativo no CREFONO.

Especialidade:

Especialização em Áreas Específicas da Fonoaudiologia: Embora não seja obrigatório para todas as áreas de atuação, a especialização é recomendada para aprofundamento em campos específicos, como:

- a) **Audiologia:** Focada em problemas auditivos, como perda auditiva e adaptação de aparelhos auditivos.
- b) **Linguagem:** Trabalha com distúrbios de linguagem, tanto na fala quanto na escrita.
- c) **Voz:** Foca em problemas relacionados à voz, como rouquidão e disfonia.
- d) **Motoricidade Orofacial:** Trata de distúrbios relacionados à mastigação, deglutição e articulação de palavras.
- e) **Fonoaudiologia Educacional:** Atua na prevenção e tratamento de problemas de aprendizagem relacionados à linguagem e à audição no contexto escolar.

Funções a Desempenhar:

- I. **Avaliação e Diagnóstico:** Realizar avaliações detalhadas das habilidades de comunicação, voz, audição, motricidade orofacial, linguagem oral e escrita, identificando possíveis distúrbios.
- II. **Planejamento e Implementação de Tratamento:** Desenvolver e executar planos de tratamento individualizados para corrigir ou minimizar os distúrbios identificados, utilizando técnicas e exercícios específicos para cada caso.
- III. **Acompanhamento e Reavaliação:** Monitorar o progresso do paciente durante o tratamento, ajustando as intervenções conforme necessário para garantir resultados eficazes.
- IV. **Orientação e Educação:** Fornecer orientação e apoio a pacientes e familiares sobre como lidar com os distúrbios de comunicação, além de promover a conscientização sobre a importância da saúde auditiva e vocal.
- V. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

6.2. PROFISSIONAL: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Formação Exigida:

Graduação em Terapia Ocupacional - O profissional deve ser formado em Terapia Ocupacional, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).

Conhecimento em:

- a) **Análise do Comportamento Aplicada (ABA):** Intervenção para desenvolvimento de habilidades funcionais e sociais.
- b) **Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS):** Método de comunicação alternativo para pacientes com dificuldades de fala.
- c) **Integração Sensorial (AYRES):** Técnica que ajuda a melhorar a capacidade do cérebro de processar informações sensoriais.

Funções a Desempenhar:

- I. Avaliação das capacidades e necessidades dos pacientes.
- II. Desenvolvimento de atividades terapêuticas para promover a independência.
- III. Intervenções para melhorar habilidades motoras e cognitivas.
- IV. Adaptação de ambientes e atividades para maximizar a funcionalidade dos pacientes.
- V. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

6.3. PROFISSIONAL: PSICÓLOGO INFANTIL

Formação Exigida:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

Graduação em Psicologia - O profissional deve ser formado em Psicologia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Conhecimento em:

- a) **Análise do Comportamento Aplicada (ABA):** Intervenção terapêutica para melhorar habilidades sociais, comunicativas e comportamentais.
- b) **Reabilitação Cognitiva:** Técnicas para melhorar as funções cognitivas afetadas por lesões ou
- c) transtornos neuropsiquiátricos.

Funções a Desempenhar:

- I. Avaliação psicológica de crianças e adultos.
- II. Intervenção terapêutica para autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento.
- III. Desenvolvimento de planos de tratamento personalizados.
- IV. Apoio a famílias e cuidadores.
- V. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

6.4. PROFISSIONAL: NEUROPSICÓLOGO

Formação Exigida:

Graduação em Psicologia - O profissional deve ser formado em Psicologia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Especialização em Neuropsicologia.

Registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Especialidades:

- a) **Análise do Comportamento Aplicada (ABA):** Intervenção comportamental para melhorar habilidades de comunicação e comportamento.
- b) **Terapia Cognitivo-Comportamental:** Abordagem terapêutica focada em modificar padrões de pensamento e comportamento.
- c) **Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS):** Método de comunicação para pessoas com dificuldades de fala.
- d) **Aplicação de Testes Neuropsicológicos:** Avaliação de funções cognitivas como memória, atenção e habilidades de leitura.

6.5. Funções a Desempenhar:

- I. Avaliação das funções cognitivas (memória, atenção, linguagem, etc.).
- II. Diagnóstico de transtornos neurológicos e neuropsiquiátricos.
- III. Elaboração de programas de reabilitação cognitiva.
- IV. Investigação e avaliação de transtornos do neurodesenvolvimento.
- V. Intervenção terapêutica baseada em evidências.
- VI. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

6.6. PROFISSIONAL: FISIOTERAPEUTA

Formação Exigida:

Graduação em Fisioterapia - O profissional deve ser formado em Fisioterapia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO)

Funções a Desempenhar:

- I. **Avaliação e Diagnóstico Funcional:** Realizar avaliação detalhada das condições dos pacientes, considerando a indicação da terapia para reabilitação ou condicionamento físico.
- II. **Planejamento e Implementação de Tratamentos:** Desenvolver e aplicar programas de





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

tratamento personalizados, utilizando técnicas de fisioterapia para promover a reabilitação de lesões, alívio da dor, melhora da mobilidade, força e resistência.

- III. **Monitoramento e Ajuste de Intervenções:** Monitorar o progresso dos pacientes, ajustando os planos de tratamento conforme necessário para garantir a eficácia e segurança.
- IV. **Educação do Paciente:** Orientar os pacientes sobre os benefícios e cuidados durante as sessões de fisioterapia, incluindo técnicas de autocuidado e exercícios a serem realizados fora das sessões.
- V. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do contrato, em cada uma de suas parcelas, será recebido de acordo com o estabelecido a seguir:

7.1.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto do Contrato.

7.1.2. Até último dia útil de cada mês o CONTRATADO deverá apresentar relatório dos serviços prestados (sessões efetuadas) ao CONTRATANTE, contendo os quantitativos e os seus respectivos valores, conforme estabelecido neste edital, acompanhado de autorização emitida e assinada pelo (a) Secretário(a) Municipal.

7.1.3. O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da fatura.

7.1.4. No que tange a prestação de serviços, serão considerados somente os quantitativos de efetivamente prestados e apurados no período considerado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. As interessadas credenciadas deverão responsabilizar-se pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

8.2. É vedada a cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao paciente;

8.3. Atender os pacientes com dignidade, respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

8.4. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua consulta;

8.5. A contratada deverá zelar pelos equipamentos e mobiliários de propriedade do Município e responder por qualquer dano causado;

8.6. A contratada responderá civil, penal e administrativamente por todos os danos causados ao paciente, decorrentes da ação ou omissão na prestação de serviço;

8.7. Cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação de Monte Negro;

8.8. Apresentar mensalmente nota fiscal e relatórios exigidos;

8.9. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

9. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

9.1. Prestar as informações necessárias, com clareza, aos profissionais credenciados, para execução dos serviços;

9.2. Comunicar o Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja reparado ou corrigido;

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do credenciado;

9.4. Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

fiscal/fatura no setor competente;

9.5. Recusar os serviços que estiverem fora das especificações constantes deste credenciamento;

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:

10.1. Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data estipulada para o início envio dos documentos de solicitação de credenciamento via e-mail.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser enviados à Comissão exclusivamente via e-mail: credenciamento@montenegro.ro.gov.br no horário das 07h30min. às 17h00min de segunda-feira a sexta-feira, devendo o interessado mencionar o número do Edital, o ano e o número do processo de credenciamento.

10.3. Caberá a Comissão, receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

10.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do credenciamento.

10.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão nos autos do processo de licitação.

10.5. Do recurso: Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

a) O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

b) O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

c) A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O edital estará vigente por período indeterminado, porém devido a necessidade da Contratação, a primeira etapa seguirá a ordem descrita no cronograma previsto no ANEXO V, visando as contratações imediatas para suprir a necessidade, aceitando então novos pedidos de credenciamento fora do cronograma até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

11.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do mesmo, a prestação de serviços iniciará a partir da data de assinatura do Termo de contrato, podendo ser prorrogado a critério da administração nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A prestação de serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal solicitante, incumbindo aos que o executam sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

12.2. O gestor e o fiscal do contrato são os designados através da portaria nº65 de 19 de janeiro de 2026, ou a que vier substituí-la.

12.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal Nº 14.133/2021, assim como todo o constante no instrumento convocatório (edital) e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

12.4. O fiscal do contrato anotarà todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.5. Também informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13. DO PAGAMENTO

13.1. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:** O município de Monte Negro/RO fará avaliação da qualidade do atendimento prestado, incluindo a precisão do diagnóstico, eficácia dos tratamentos, satisfação dos pacientes, entre outros.

13.2. Também será verificado se a contratada **CUMPRE AS METAS** estabelecidas em termos de horas de consultas realizadas, tempo de espera para atendimento e tempo médio de consulta.

13.3. Será coletado **FEEDBACK DOS PACIENTES ATENDIDOS** para avaliar o nível de satisfação com os serviços prestados.

13.4. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:** O pagamento será realizado por hora/sessão trabalhada do especialista.

13.5. Após receber o relatório de prestação de serviços para conferência, o credenciado emitirá a nota fiscal e a enviará para a Secretaria de Saúde.

13.6. O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente, por meio de depósito bancário.

14. DA DOTAÇÃO

Órgão: 03.000 – SAÚDE

Unidade 033.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

Funcional: 10.302.0009 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2.047 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Elemento: 3.3.90.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha 232

Poderá iniciar novas dotações para custear a presente contratação.

15. DAS PENALIDADES

15.1. O CREDENCIADO total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 a saber:

15.1.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço; Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

15.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médicas, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

15.1.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízos para o ente público CREDENCIANTE;

15.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

15.1.4.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

15.1.4.2. Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

15.1.4.3. Não mantiver a proposta;

15.1.4.4. Falhar gravemente na execução do contrato;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

15.1.4.5. Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

15.1.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 anos e, no máximo, pelo prazo de até 5 anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

15.1.4.6.1. Apresentar documentação falsa exigida no certame;

15.1.4.6.2. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.4.6.3. Cometer fraude fiscal;

15.1.4.6.4. Fraudar na execução do contrato.

15.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;

15.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior;

15.4. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 165, da Lei 14.133/2021;

15.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Monte Negro -RO, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e demais cominações legais.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. O credenciado será convocado para assinatura do Contrato, e deverá realizar a assinatura em até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

16.2. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. ESCLARECIMENTOS relativos ao presente Chamamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por e-mail credenciamento@montenegro.ro.gov.br ou telefone (69) 99944-5157, ao setor de Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 07h30min às 13h30min em dias de expediente.

17.2. O Município, através da Comissão, na forma do disposto no § 2º do art. 59, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a instrução do processo relativo a este Credenciamento.

17.3. Dos anexos:

Anexo I – Termo de Referência, com 3 Anexos: **ANEXO I – PEDIDO DE CREDENCIAMENTO; ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA; ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

Anexo II – Documentos de Habilitação.

Anexo III - Cronograma

18. DO FORO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitsch n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Ariquemes - RO, para dirimir questões que porventura se originem do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Monte Negro/RO, 27 de março de 2026.

Edital elaborado por:

Shayenne Mioto Bucarthy
Analista Em Elaboração De Editais
Portaria N° 315/2025

Agente de Contratação designado (a)

André Luis Trevizan
Agente de Contratação
Portaria n° 564/2025





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO I

TR - TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Secretaria da Saúde do Município de Monte Negro - RO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO – RO, destinados ao atendimento de crianças regularmente matriculadas na rede municipal de ensino, no âmbito do Centro de Especializações Inclusivas – CEI, mediante remuneração por sessão efetivamente realizada.

1.2. A contratação será realizada por meio de procedimento de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso I, c/c art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando hipótese de inviabilidade de competição, uma vez que a Administração pretende credenciar todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos no edital.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Centro de Especializações Inclusivas – CEI foi instituído pela Secretaria Municipal de Educação com a finalidade de garantir suporte multiprofissional às crianças da rede municipal de ensino que apresentem transtornos do neurodesenvolvimento, deficiência intelectual, transtornos de aprendizagem, alterações comunicacionais ou outras condições que impactem o desempenho escolar.

2.2. Hoje o CEI acolhe a 138 crianças, identificadas com alguma neurodivergência na rede escolar municipal, e este número só tende a crescer.

2.3. A Secretaria Municipal de Saúde atua como parceira institucional, oferecendo suporte terapêutico especializado complementar à atuação pedagógica.

2.4. A demanda atual supera a capacidade operacional do quadro efetivo municipal, tornando necessária a ampliação da oferta de atendimentos especializados, de modo a assegurar continuidade terapêutica, inclusão escolar efetiva e proteção integral à criança.

2.5. O modelo de credenciamento mostra-se adequado por permitir flexibilidade na convocação, pluralidade de profissionais habilitados e remuneração vinculada à produção efetiva, assegurando eficiência administrativa e racionalidade financeira.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem prestados consistem na realização de sessões individuais de atendimento terapêutico, com duração média de 60 (sessenta) minutos voltadas à avaliação, intervenção e acompanhamento de crianças em atividades no CEI.

3.2. As atividades incluem, conforme a especialidade:

- a) Avaliação inicial;
- b) Elaboração de plano terapêutico individualizado;
- c) Execução das sessões;
- d) Registro técnico das evoluções;
- e) Relatório periódico de acompanhamento;
- f) Participação em reuniões técnicas quando convocado.

3.3. Os atendimentos serão realizados nas dependências do CEI, observando os fluxos administrativos e técnicos estabelecidos pela coordenação da unidade.

4. FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A execução ocorrerá mediante convocação conforme:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- a) Ordem cronológica de credenciamento;
 - b) Necessidade técnica identificada pela equipe do CEI;
 - c) Disponibilidade orçamentária.
- 4.2. O pagamento será realizado exclusivamente por sessão efetivamente realizada e validada pela fiscalização contratual, não havendo garantia de quantidade mínima mensal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderão participar pessoas jurídicas que comprovem:

- a) Formação acadêmica compatível com a especialidade;
- b) Registro ativo e regular no respectivo conselho profissional;
- c) Regularidade fiscal e trabalhista;
- d) Capacidade técnica para atendimento infantil;
- e) Compromisso com a execução nas dependências do CEI.
- f) No caso de pessoa jurídica, deverá ser indicado responsável técnico habilitado.

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E QUANTITATIVOS:

6.1. O edital estará vigente por período indeterminado, porém devido a necessidade do CEI – Centro de Especialização Inclusiva, a primeira etapa seguirá o cronograma previsto no Edital de Credenciamento, até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

6.2. Este Edital poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e oportunidade da administração.

6.3. A revogação ou anulação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

6.4. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas;

6.6. A execução dos serviços será realizada na unidade própria do município.

6.7. O número de consultas / sessões são estimativas, e a contratação dependerá de orçamento vigente e necessidades do CEI.

6.8. O objeto em questão possui os descritivos demonstrados na tabela a seguir:

TABELA DE SERVIÇOS PARA ATENDER AO CEI - CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO						
OR D.	DESCRIÇÃO	BETHA	CÓDIGO SIGTAP	VALOR SESSÃO (MÉDIA)	ESTIMATIVA DE SESSÕES (ANUAL)	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
1	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FONOAUDIOLOGIA (SESSÃO)	995302	0301010048	R\$ 150,00	2.400	CEI – Centro de Especializações Inclusivas
2	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA OCUPACIONAL (SESSÃO)	995303	0301010048	R\$ 85,00	2.400	
3	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM TERAPIA OCUPACIONAL (SESSÃO)	995304	0301010048	R\$ 150,00	2.400	





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

4	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA (SESSÃO)	995305	0301010048	R\$ 80,00	2.400	
5	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM NEUROPSICOLOGIA (SESSÃO)	995306	0301010072	R\$ 160,00	2.400	

*Os valores se baseiam em consultas/sessões estimadas de 60 minutos, sendo 50 (cinquenta) minutos de sessão e 10 (dez) minutos para lançamentos de produção relatórios.

Memória de Cálculo: 138 crianças x 1 sessão mês x 12 meses = 1.656 sessões/especialidade + 40% = 2.318 sessões = ± 2.400 sessões ano.

7. DA FORMAÇÃO, ESPECIALIDADES E FUNÇÕES

7.1. PROFISSIONAL: FONOAUDIÓLOGO

Formação Exigida:

Graduação em Fonoaudiologia: O fonoaudiólogo deve ter concluído um curso de graduação em Fonoaudiologia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO): Para exercer a profissão, é obrigatório ter registro ativo no CREFONO.

Especialidade:

Especialização em Áreas Específicas da Fonoaudiologia: Embora não seja obrigatório para todas as áreas de atuação, a especialização é recomendada para aprofundamento em campos específicos, como:

- f) Audiologia: Focada em problemas auditivos, como perda auditiva e adaptação de aparelhos auditivos.
- g) Linguagem: Trabalha com distúrbios de linguagem, tanto na fala quanto na escrita.
- h) Voz: Foca em problemas relacionados à voz, como rouquidão e disfonia.
- i) Motricidade Orofacial: Trata de distúrbios relacionados à mastigação, deglutição e articulação de palavras.
- j) Fonoaudiologia Educacional: Atua na prevenção e tratamento de problemas de aprendizagem relacionados à linguagem e à audição no contexto escolar.

Funções a Desempenhar:

- VI. Avaliação e Diagnóstico: Realizar avaliações detalhadas das habilidades de comunicação, voz, audição, motricidade orofacial, linguagem oral e escrita, identificando possíveis distúrbios.
- VII. Planejamento e Implementação de Tratamento: Desenvolver e executar planos de tratamento individualizados para corrigir ou minimizar os distúrbios identificados, utilizando técnicas e exercícios específicos para cada caso.
- VIII. Acompanhamento e Reavaliação: Monitorar o progresso do paciente durante o tratamento, ajustando as intervenções conforme necessário para garantir resultados eficazes.
- IX. Orientação e Educação: Fornecer orientação e apoio a pacientes e familiares sobre como lidar com os distúrbios de comunicação, além de promover a conscientização sobre a importância da saúde auditiva e vocal.
- X. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

7.2. PROFISSIONAL: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Formação Exigida:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

Graduação em Terapia Ocupacional - O profissional deve ser formado em Terapia Ocupacional, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).

Conhecimento em:

d) Análise do Comportamento Aplicada (ABA): Intervenção para desenvolvimento de habilidades funcionais e sociais.

e) Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS): Método de comunicação alternativo para pacientes com dificuldades de fala.

f) Integração Sensorial (AYRES): Técnica que ajuda a melhorar a capacidade do cérebro de processar informações sensoriais.

Funções a Desempenhar:

- VI. Avaliação das capacidades e necessidades dos pacientes.
- VII. Desenvolvimento de atividades terapêuticas para promover a independência.
- VIII. Intervenções para melhorar habilidades motoras e cognitivas.
- IX. Adaptação de ambientes e atividades para maximizar a funcionalidade dos pacientes.
- X. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

7.3. PROFISSIONAL: PSICÓLOGO INFANTIL

Formação Exigida:

Graduação em Psicologia - O profissional deve ser formado em Psicologia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Conhecimento em:

d) Análise do Comportamento Aplicada (ABA): Intervenção terapêutica para melhorar habilidades sociais, comunicativas e comportamentais.

e) Reabilitação Cognitiva: Técnicas para melhorar as funções cognitivas afetadas por lesões ou

f) transtornos neuropsiquiátricos.

Funções a Desempenhar:

- VI. Avaliação psicológica de crianças e adultos.
- VII. Intervenção terapêutica para autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento.
- VIII. Desenvolvimento de planos de tratamento personalizados.
- IX. Apoio a famílias e cuidadores.
- X. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

7.4. PROFISSIONAL: NEUROPSICÓLOGO

Formação Exigida:

Graduação em Psicologia - O profissional deve ser formado em Psicologia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Especialização em Neuropsicologia.

Registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Especialidades:

e) Análise do Comportamento Aplicada (ABA): Intervenção comportamental para melhorar habilidades de comunicação e comportamento.

f) Terapia Cognitivo-Comportamental: Abordagem terapêutica focada em modificar padrões de pensamento e comportamento.

g) Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS): Método de comunicação para pessoas com dificuldades de fala.

h) Aplicação de Testes Neuropsicológicos: Avaliação de funções cognitivas como memória, atenção e habilidades de leitura.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

7.4.3. Funções a Desempenhar:

- VII. Avaliação das funções cognitivas (memória, atenção, linguagem, etc.).
- VIII. Diagnóstico de transtornos neurológicos e neuropsiquiátricos.
- IX. Elaboração de programas de reabilitação cognitiva.
- X. Investigação e avaliação de transtornos do neurodesenvolvimento.
- XI. Intervenção terapêutica baseada em evidências.
- XII. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

7.5. PROFISSIONAL: FISIOTERAPEUTA

Formação Exigida:

Graduação em Fisioterapia - O profissional deve ser formado em Fisioterapia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO)

Funções a Desempenhar:

- VI. Avaliação e Diagnóstico Funcional: Realizar avaliação detalhada das condições dos pacientes, considerando a indicação da terapia para reabilitação ou condicionamento físico.
- VII. Planejamento e Implementação de Tratamentos: Desenvolver e aplicar programas de tratamento personalizados, utilizando técnicas de fisioterapia para promover a reabilitação de lesões, alívio da dor, melhora da mobilidade, força e resistência.
- VIII. Monitoramento e Ajuste de Intervenções: Monitorar o progresso dos pacientes, ajustando os planos de tratamento conforme necessário para garantir a eficácia e segurança.
- IX. Educação do Paciente: Orientar os pacientes sobre os benefícios e cuidados durante as sessões de fisioterapia, incluindo técnicas de autocuidado e exercícios a serem realizados fora das sessões.
- X. Outras funções dentro das atividades da área, conforme solicitação da direção da unidade.

8. CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1.** A classificação final dar-se-á pela ordem de entrega de documentação e habilitação.
- 8.2.** A classificação não gera obrigação ou expectativa de contratação, a qual será conforme a necessidade da secretaria de saúde/Educação tendo como base inicial 1 (um) profissional de cada área contemplada, com as horas/sessões de prestação de serviços variando conforme organização, planejamento e necessidade da direção do CEI.
- 8.3.** Nos casos necessários, será convocado a próxima colocada visando suprir a demanda e assim sucessivamente.
- 8.4.** A contratação será conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária.
- 8.5.** A formalização do contrato de prestação de serviços ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado de habilitação, com vigência de 12 (doze) meses.
- 8.6.** A classificação não gera obrigação ou expectativa de contratação, a qual será conforme a necessidade da secretaria de saúde / educação, responsável pela administração do CEI.

9. PRAZO DO CONTRATO

- 9.1.** O contrato terá prazo de vigência de 12 meses a partir da sua assinatura.

10. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

- 10.1.** Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da Lei Federal N° 14.133/21 e do Decreto Municipal N° 06/2024, de 18 de janeiro de 2024.
- 10.2.** No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do índice IPCA.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

11.1. Inicialmente, a Secretaria de Saúde do Município de Monte Negro/RO juntamente com a Secretaria de Educação, realizou um levantamento das necessidades de saúde da população neurodivergente inserida na rede escolar, identificando as especialidades médicas necessárias e as áreas de maior demanda.

11.2. Deste modo é feito um credenciamento, permitindo que as pessoas jurídicas interessadas possam apresentar suas propostas de prestação de serviços especializados.

11.3. Com base na avaliação das propostas, a Secretaria de Saúde irá selecionar e contratar as pessoas jurídicas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital de credenciamento.

11.4. Os contratados iniciarão a prestação dos serviços conforme os termos do contrato, sendo acompanhado continuamente o desempenho dos prestadores de serviços e a qualidade dos cuidados de saúde entregues à população.

11.5. A Execução dos serviços credenciados serão realizados exclusivamente conforme demanda e prioridades definidas pelo Centro de Especializações Inclusivas – CEI, no município de Monte Negro/RO, observando:

- a) A necessidade programática do município, conforme registros do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) A disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
- c) A capacidade operacional do interessado credenciado, previamente auditada pela SEMUSA.
- d) A programação e execução dos atendimentos serão coordenadas pela SEMUSA e SEMED, que definirá:
- e) O cronograma de serviços (ex.: datas, horários, locais);
- f) O volume de procedimentos a serem realizados mensalmente;
- g) As especialidades médicas prioritárias, conforme levantamento de demanda reprimida.

11.6. A administração pública reserva-se o direito de ajustar, suspender ou realocar serviços conforme alterações nas necessidades de saúde da população ou emergências sanitárias;

11.7. O credenciado deverá manter equipe e estrutura disponíveis para atendimento imediato quando acionado pela SEMUSA, sob pena de penalidades previstas;

11.8. A não utilização dos serviços não gera direito a indenização ou pagamento mínimo, uma vez que a contratação é vinculada à efetiva demanda. “Art. 72, §1º da Lei 14.133/2021: Autoriza o credenciamento para serviços de "natureza repetitiva", com execução condicionada à demanda concreta;”

12. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

12.1. Serão admitidos a participar deste credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

- a) Apresentem toda a documentação solicitada referente à habilitação.
- b) Comproven estar devidamente registrada e licenciada para operar na prestação de serviços. Isso inclui registros em órgãos reguladores de saúde e licenças municipais ou estaduais, conforme exigido pela legislação local.
- c) Possuam comprovação de experiência na prestação de serviços;

12.2. Não serão admitidos à participação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Os interessados que por qualquer motivo estejam declarados como inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe ou que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo;
- e) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- i) agente público do órgão ou entidade licitante;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- l) O impedimento de que trata os itens anteriores será também aplicado ao credenciado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado
- m) Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- n) A vedação de que trata o item k, estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

13. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

13.1. Somente serão consideradas credenciadas, os interessados que apresentarem a documentação, na íntegra e em plena vigência, e que comprovarem o atendimento às condições estabelecidas no Edital.

13.2. O credenciamento será aberto de forma contínua durante a vigência do edital, permitindo a inscrição a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos exigidos.

13.3. Os interessados deverão encaminhar a documentação abaixo relacionados, via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br perfeitamente legíveis, em arquivo único, devendo constar no assunto do e-mail: “CREDENCIAMENTO 02-2026 - FMS.”

13.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA) :

- x) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- y) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;
- z) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;
- aa) ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- bb) Cópia da ata de nomeação da diretoria, quando aplicável;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- cc) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País;
- dd) Documento pessoal (RG/CPF OU CNH) de todos os sócios;
- ee) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- ff) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- gg) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- hh) Alvará de localização municipal (dispensável quando a prestação ocorrer nas unidades do município);
- ii) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- jj) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista).
- Observações: Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- kk) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- ll) Solicitação formal de Credenciamento, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Monte Negro, com o preenchimento da tabela conforme item pretendido - ANEXO I, indicando o profissional que deverá prestar o serviço.
- mm) Documentos de cada profissional indicado para prestação do serviço, conforme requisitos elencados no item 7.
- nn) Comprovante de vínculo com a empresa interessada;
- oo) Diploma de Graduação do Curso, na área a qual concorre.
- pp) Certificados de Cursos/Especializações nas áreas a qual concorre;
- qq) Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional da Classe do Estado de Rondônia);
- rr) Comprovação de capacidade técnica (atestados de desempenho anterior, currículo dos profissionais, registros em conselho de classe, entre outros).
- ss) Comprovação de inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Classe do Estado de Rondônia, em situação REGULAR;
- tt) A empresa declara que não incorre nos itens dispostos na declaração conjunta, conforme modelo do Anexo II;
- uu) Outros documentos poderão ser solicitados, a critério da contratante.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Serão feitas consultas ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela Internet.

14.2. A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação da proponente prestadora.

14.3. A contratação será por ordem de envio de documentação e habilitação, e em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira no Município;

14.4. A Prefeitura de Monte Negro não assume nenhuma responsabilidade pela falha de envio de dados ocasionada por falha de internet e/ou computadores, de forma que a análise de envio será definida pela hora exata de recebimento da documentação no e-mail estabelecida.

14.5. Os interessados que comprovarem integralmente os requisitos de habilitação estabelecidos neste edital, conforme análise documental pela Comissão de Credenciamento serão imediatamente credenciados, independentemente de cronograma prévio.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

14.6. A formalização do contrato de prestação de serviços ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado de habilitação, com vigência de 12 (doze) meses.

14.7. A negativa ou não comparecimento quanto ao item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

14.8. Anualmente o Município de Monte Negro exigirá das prestadoras credenciadas, a respectiva atualização dos documentos acima elencados e apresentados, para atender aos serviços prescritos no item 13 deste edital.

14.9. A SUPEL fará a análise da documentação exigida nos itens 13, conforme cronograma a ser definido em edital;

14.10. A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento será comunicada mediante ata de sessão, e as publicações acontecerão no Diário Oficial do Estado (AROM) e Sítio da Prefeitura Municipal de Monte Negro.

14.11. Em caso de deferimento o extrato do credenciamento será publicado no DOM-Diário Oficial dos Municípios, e poderá ser homologado decorridos 5 (cinco) dias úteis desde que não haja recurso.

14.12. As decisões da SUPEL que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas, e delas caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis a partir da comunicação da decisão.

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 Execução dos serviços credenciados serão realizados exclusivamente conforme demanda e prioridades definidas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED), observando:

- a) A necessidade programática do município, conforme registros do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) A disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
- c) A capacidade operacional do credenciado, previamente auditada pela SEMUSA.
- d) A programação e execução dos atendimentos serão coordenadas pela SEMUSA/SEMED, que definirá:
- e) O cronograma de serviços (ex.: datas, horários, locais);
- f) O volume de procedimentos a serem realizados mensalmente;
- g) As especialidades prioritárias, conforme levantamento de demanda reprimida.

16 FLEXIBILIDADE E CONTROLE:

16.1. A administração pública reserva-se o direito de ajustar, suspender ou realocar serviços conforme alterações nas necessidades de saúde da população ou emergências sanitárias;

16.2. O credenciado deverá manter equipe e estrutura disponíveis para atendimento imediato quando acionado pela SEMUSA, sob pena de aplicação das penalidades previstas;

16.3. A não utilização dos serviços não gera direito a indenização ou pagamento mínimo, uma vez que a contratação é vinculada à efetiva demanda. “Art. 72, §1º da Lei 14.133/2021: Autoriza o credenciamento para serviços de "natureza repetitiva", com execução condicionada à demanda concreta;”

16.4. AUDITORIA: Todos os prestadores contratados estarão sujeitos à auditoria pela Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência do contrato. A auditoria será realizada periodicamente para garantir a qualidade e adequação dos serviços prestados, bem como para verificar o cumprimento dos termos estabelecidos no contrato e legislação pertinente.

16.5. REGISTRO E APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO: A produção dos serviços prestados pelos profissionais contratados deverá ser registrada de forma detalhada e apresentada à Secretaria Municipal de Saúde mensalmente, em formato digital ou físico conforme orientação fornecida pela Secretaria.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

16.6. Os registros devem incluir informações sobre os atendimentos realizados, procedimentos realizados, pacientes atendidos, entre outros dados relevantes para a gestão e acompanhamento dos serviços de saúde.

16.7. Ademais, a Secretaria Municipal de Saúde/educação se compromete a fornecer o suporte necessário aos prestadores de serviço, incluindo o fornecimento de infraestrutura adequada, materiais e equipamentos necessários para a realização dos atendimentos.

16.8. Este modelo de execução do objeto visa garantir a transparência, eficiência e qualidade na prestação dos serviços médicos à população de Monte Negro/RO, além de assegurar o cumprimento dos termos estabelecidos no contrato e a correta utilização dos recursos públicos destinados à saúde.

16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO: O município de Monte Negro/RO fará avaliação da qualidade do atendimento prestado, incluindo a precisão do diagnóstico, eficácia dos tratamentos, satisfação dos pacientes, entre outros.

6.2. Também será verificado se a contratada CUMPRE AS METAS estabelecidas em termos de horas de consultas realizadas, tempo de espera para atendimento e tempo médio de consulta.

6.3. Será coletado FEEDBACK DOS PACIENTES ATENDIDOS para avaliar o nível de satisfação com os serviços prestados.

6.4. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por hora/sessão trabalhada do especialista.

6.5. Após receber o relatório de prestação de serviços para conferência, o credenciado emitirá a nota fiscal e a enviará para a Secretaria de Saúde.

6.6. O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente, por meio de depósito bancário.

7 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O gestor do contrato e o fiscal do contrato serão designados em portaria de gestor e fiscal de contrato da Secretaria Municipal de Saúde.

17.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal N° 14.133/2021, assim como todo o constante no instrumento convocatório (edital) e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.3. Não será permitida a subcontratação dos serviços, o serviço deverá ser executado pelo profissional apresentado durante o período de credenciamento.

17.4. Substituição de profissionais dentro da mesma empresa deve ser formalizada e só será permitida, desde que previamente aprovada pela administração, mediante envio de ofício de solicitação e apresentação de documentação compatível e que atenda aos mesmos requisitos técnicos e legais exigidos para o credenciamento.

17.5. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.6. Também informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Prestar as informações necessárias, com clareza, aos profissionais credenciados, para execução dos serviços;

18.2. Comunicar o Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja reparado ou corrigido;

18.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do credenciado;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

18.4. Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente;

18.5. Recusar os serviços que estiverem fora das especificações constantes deste credenciamento;

19. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

19.1. As interessadas credenciadas deverão responsabilizar-se pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

19.2. É vedada a cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao paciente;

19.3. Atender os pacientes com dignidade, respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

19.4. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua consulta;

19.5. A contratada deverá zelar pelos equipamentos e mobiliários de propriedade do Município e responder por qualquer dano causado;

19.6. A contratada responderá civil, penal e administrativamente por todos os danos causados ao paciente, decorrentes da ação ou omissão na prestação de serviço;

19.7. Cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação de Monte Negro;

19.8. Apresentar mensalmente nota fiscal e relatórios exigidos;

19.9. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

20. DO DESCREDENCIAMENTO

20.1. Pela Credenciante, sem prévio aviso, quando:

a) A credenciada deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato, edital e/ou termo de referência.

b) Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

c) A credenciada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita.

d) Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão Especial de Credenciamento, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e a submeterá ao Gestor Municipal para decisão final.

e) Ficar evidenciada a incapacidade da credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção.

f) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da SEMUSA.

g) Em razão de caso fortuito ou força maior.

h) Desinteresse da Administração.

i) E naquilo que couber conforme disposto nas outras hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

a) 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO

22. PARTES INTEGRANTE DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA

Anexo I – Pedido de Credenciamento;

Anexo II – Declaração Conjunta

Anexo III – Minuta do Contrato;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

23. ASSINATURAS

Elaborado por:

JHONATAN SOUZA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Saúde Adjunto
Portaria n.º 500/GAB/2025

Revisado e Autorizado por:

JOAB ALVES DE LUCENA
Secretário Municipal da Saúde
Portaria n.º 022/GAB/2025

APROVO o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé em todas às laudas contidas nestes autos processuais.

Autorizo prosseguimento do feito de acordo com a legislação vigente:

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município de Monte Negro - RO
2025/2028





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO I – TR – PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

OFÍCIO Nº XXX/EMPRESA/2025

A (Empresa, CNPJ, endereço, telefone) representada neste ato pelo senhor (a) (nome completo, CPF, RG, função/cargo) pelo presente, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº 02/2026 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Negro, apresenta o pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e seus anexos, com os quais concorda plenamente.

Declara ainda que aceita os valores propostos e que se a prestar os seguintes serviços pelos profissionais indicados:

(Deixar na tabela apenas o item a qual vai concorrer)

ITEM	DESCRIÇÃO	PROFISSIONAL INDICADO	CONSELHO REGIONAL Nº
1	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FONOAUDIOLOGIA (SESSÃO)	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXX/RO XXXX/RO
2	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA OCUPACIONAL (SESSÃO)	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXX/RO XXXX/RO XXXX/RO
3	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM TERAPIA OCUPACIONAL (SESSÃO)	XXXXXXXXXX	XXXX/RO
4	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA (SESSÃO)	XXXXXXXXXX	XXXX/RO
5	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM NEUROPSICOLOGIA (SESSÃO)	XXXXXXXXXX	XXXX/RO

Na condição de proponente acima qualificado, vimos através do presente documento requerer o credenciamento para a prestação de serviços conforme edital e regulamento publicado por esta prefeitura, declarando, sob as penas da lei, que:

- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e os documentos cópias fidedignas de documentos originais;
- Qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;
- Conhece os termos do Edital de Credenciamento bem como as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;
- Aceita e está de acordo com as normas e tabela de valores definidos;
- Não se encontra suspenso, nem declarada inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- g) Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, com o registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;
- h) Realizará todas as atividades a que se propõe.

Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada, pede deferimento,

Local, _____ de ____ de 2025

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA
Legal





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO II - TR - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa (Razão Social da Empresa ou nome do credenciante se PF), inscrita no CNPJ sob o nº (número do CNPJ ou CPF), sediada / ou residente em (endereço completo), DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação no Edital de Credenciamento nº 02/2026 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Negro, que:

1. Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
2. Não foi apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
3. Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme inciso III do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
4. Tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
5. Atende ao inciso IV do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.
6. Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/2002.
7. Que tomei conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e me comprometo a cumprir todos os termos do Edital, sob as penas da Lei.
8. Que não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, inclusive autarquias.
9. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
10. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
11. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Nos termos da Lei n. 14.133/2021 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

_____, de _____ de _____

Representante Legal
(com carimbo da empresa)





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO III - TR – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO
(DATA)

CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO PARA O CENTRO DE ESPECIALIZAÇÕES INCLUSIVAS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO E

*****, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De _____ de ____ de 2026 a ____ de ____ de 2027 (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso).

Origem: Processo de Licitação N° 0000311.02.01-2026 FMS - Edital de Chamada Pública N° 02/2026 FMS, de XX de XXXXX de 2026.

Contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, inscrito no CNPJ n° 63.761.985/0001-98, situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 2272 - Setor 2 - Monte Negro/RO, através da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor IVAIR JOSÉ FERNANDES, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, empresa estabelecida em _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob N° XX.XXX.XXXXXX doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu(a) Representante Legal, Senhor(a) _____, _____, inscrito no CPF sob o N° _____, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
XXXXXXXXXXXXXX	SERV	R\$ XXX,XX

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de ____ de ____ de 2026 a ____ de ____ de 2027, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei N° 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados no Processo de Licitação N° 0000311.02.01-2026- Edital de Chamada Pública N° 02/2026 FMS, no valor unitário de (XXXXX) REAIS, a ser pago por hora-trabalhada e/ou consulta realizada.

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas

3.4. O presente contrato não obriga o CONTRATANTE À utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados, ficando o CONTRATANTE, responsável pelo pagamento mensal apenas dos serviços mensais prestados.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada no Centro de Especializações Inclusiva, no município de Monte Negro, conforme a necessidade.

4.2. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.

4.3. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

5.2. Os pagamentos serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir da emissão da nota fiscal, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N° 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;

7.2.2. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação de serviços;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

7.2.3. Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste projeto básico;

7.2.4. Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

7.2.5. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

7.2.6. Garantir a confidencialidade dos dados e informações aos pacientes;

7.2.7. A CREDENCIADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudências praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CREDENCIADA o direito de regresso;

7.2.8. A CONTRATADA assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando O CONTRATANTE isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade. A CONTRATADA assume inclusive responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tenham que contratar para prestação/execução dos serviços objeto do presente contrato. A CONTRATADA assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

7.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.10. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.12. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.13. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.14. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;
- b) Cancelamento do Contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

f) Advertência;

g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;

h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.

i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;

j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal N° 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei N° 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo MUNICÍPIO, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;

d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/2021.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.2. A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da pessoa designada pela CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A CONTRATADA terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato; o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONTRATADA;
- c) em qualquer caso, a CONTRATADA reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATANTE cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal Nº 14.133/2021).

11.6.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea “b” do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:

11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.2. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.4. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei N° 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Andre Luiz Trevizan

15.2. Fiscal do Contrato:

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes/RO, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

16.3.

Monte Negro/RO, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Responsável Legal
CONTRATADA





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992
Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL
Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO II **CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

Os interessados deverão encaminhar a documentação abaixo relacionados, via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br, perfeitamente legíveis, preferencialmente em arquivo único, **(Em caso de pessoa Jurídica que tenha mais de um especialistas nas áreas de credenciamento, solicitamos que mande a documentação de cada especialista separados, colocando em um pdf toda a documentação daquele especialista).**

Deve constar no assunto do e-mail: “**CREDENCIAMENTO 02/2026/PMMN/RO.**”

DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA) :

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;
- c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;
- d) ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Cópia da ata de nomeação da diretoria, quando aplicável;
- f) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País;
- g) Documento pessoal (RG/CPF OU CNH) de todos os sócios;
- h) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista).

Observações: Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

- m) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- n) Solicitação formal de Credenciamento, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Monte Negro, com o preenchimento da tabela conforme item pretendido - ANEXO III, indicando o profissional que deverá prestar o serviço.
- o) Documentos de cada profissional indicado para prestação do serviço, conforme requisitos elencados no item 7 do termo de referência.
- p) Comprovante de vínculo com a empresa interessada;
- q) Diploma de Graduação do Curso, na área a qual concorre.
- r) Certificados de Cursos/Especializações nas áreas a qual concorre;
- s) Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional da Classe do Estado de Rondônia);
- t) Comprovação de capacidade técnica (atestados de desempenho anterior, currículo dos profissionais, registros em conselho de classe, entre outros).
- u) Comprovação de inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Classe do Estado de





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschek n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

Rondônia, em situação REGULAR;

v) A empresa declara que não incorre nos itens dispostos na declaração conjunta, conforme modelo do Anexo IV;

w) Outros documentos poderão ser solicitados, a critério da contratante.

OUTRAS DISPOSIÇÕES:

a) Solicitação formal de Credenciamento ANEXO III, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Monte Negro.

b) Preenchimento e assinatura do ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

c) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

d) Documentos de cada profissional indicado para prestação do serviço, conforme requisitos elencados no item 7.

e) Comprovante de vínculo com a empresa interessada;

f) Diploma de Graduação do Curso, na área a qual concorre.

g) Certificados de Cursos/Especializações nas áreas a qual concorre;

h) Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional da Classe do Estado de Rondônia);

i) Comprovação de inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Classe do Estado de Rondônia, em situação REGULAR;

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

A comissão reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso do credenciamento, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

Observação: A empresa deverá encaminhar apenas os documentos solicitados no edital, de preferência em um único arquivo organizado na ordem desse documento, caso a empresa apresente documentos que não compõe a exigência do edital o mesmo será analisado e caso esteja com alguma irregularidade a empresa não será credenciada em quanto não resolver a pendência.

A comissão ou agente de contratação poderá determinar que a empresa organize os documentos exigidos e encaminhe novamente, a empresa deve atentar as regras do edital, de preferência fazer a leitura completa do mesmo.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO - RO

Lei de Criação n.º 378 de 13/02/1992

Superintendência Municipal de Compras e Licitações - SUPEL

Av Juscelino Kubitschik n. 2272 – Setor 02 – Monte Negro/RO – CEP: 76.888-000

ANEXO III - CRONOGRAMA

DATA	PROCEDIMENTO
27/03/2026	Publicação do Edital de Credenciamento no PNCP
16/04/2026 à 23/04/2026	Envio de documentos para credenciamento / Impugnação do Edital / Avaliação documental
24/04/2026	Publicação do resultado parcial
25/04/2026 à 27/04/2026	Prazo de manifestação de intenção de recurso/ envio de documentos
28/04/2026	Publicação do resultado final/ Adjudicação/Homologação

O presente cronograma será adotado para a fase inicial de credenciamento, especialmente para fins de organização da primeira etapa de contratação.

Após a publicação do resultado final/ Adjudicação/ Homologação, permanecerá aberto o prazo para que novos interessados possam solicitar o credenciamento, enquanto perdurar a vigência do instrumento convocatório.

Ressalta-se que o cronograma ora estabelecido não restringe a participação posterior, servindo exclusivamente para a condução da contratação inicial, sendo assegurada a continuidade das contratações de forma regular, à medida que houver novos credenciamentos durante a vigência do edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

SHAYENNE MIOTO BUCARTH

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SHAYENNE MIOTO BUCARTH**, CPF: 025.32*. **2-*5 em **27/03/2026 11:53:06**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1131.0W53.406X.K81A.5221**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ANDRÉ LUIS TREVIZAN - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, CPF: 017.65*. **2-*8 em **27/03/2026 11:32:02**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11A7.4232.1029.2808.7050**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.C52.93C** - Tipo de Documento: **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**.

Elaborado por **ANDRÉ LUIS TREVIZAN**, CPF: 017.65*. **2-*8 , em **27/03/2026 - 11:32:02**

Código de Autenticidade deste Documento: 11R2.4W32.602Z.X01X.6502

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.montenegro.ro.gov.br/verdocumento>

